Teles Pires Participações S.A.

Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório de Administração – 2022	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	7
Balanço patrimonial	10
Demonstrações do resultado	12
Demonstrações do resultado abrangente	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Teles Pires Participações

Relatório de Administração - 2022

1. BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Teles Pires Participações S.A (doravante denominada "Companhia" ou "TPP") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na praia do Flamengo, 154 - 9° andar - Flamengo, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou exterior.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da usina hidrelétrica de Teles Pires.

A usina, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso, possui potência instalada de 1.820 MW médio, Energia Assegurada de 939,4 MW médio e é composta por 5 turbinas Francis Eixo Vertical de 364 MW médio.

O Contrato de Concessão foi assinado pelo Poder Concedente em junho de 2011 e as obras iniciadas em agosto do mesmo ano.

O prazo do Contrato de Concessão, originalmente de trinta e cinco anos a partir da data de sua assinatura, foi prorrogado por mais 234 dias, relativos ao ressarcimento pelo risco não hidrológico No termo final, todos os bens e instalações vinculados à Unidade Hidrelétrica Teles Pires S.A. ("UHE Teles Pires") passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização das parcelas dos investimentos posteriores ao projeto original da usina, e que ainda não estejam amortizados ou depreciados, a ser apurado pelo Poder Concedente.

Em 10 de fevereiro de 2015, foi assinado Termo de Compromisso entre a ANEEL e a Companhia estabelecendo as condições e os prazos das obrigações de fornecimento de energia elétrica por parte da UHE Teles Pires, previstas nos (CCEAR) assinados em decorrência do Leilão de energia nº 004/2010 (A-5/2010), para o período do atraso da entrada em operação das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 12/2012, de responsabilidade de terceiros e necessárias ao escoamento de energia a ser produzida pela UHE Teles Pires.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela UHE Teles Pires e comercializada pela Companhia ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA.
- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

Em 30 de Novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de Janeiro de 2023.

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 1.070.782 em 31 de dezembro de 2022 (964.661 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e no consolidado. O prejuízo do período, em 31 de dezembro de 2022 na controladora é de R\$ 106.121 (lucro de R\$ 9.094 em 31 de dezembro de 2021) e R\$ 106.488 (lucro de R\$ 9.487 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia celebrou com a Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia na Companhia. O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de operação e a observância aos direitos de preferência de terceiros.

No atual estágio de suas operações, conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia continuará dependendo de recursos de seus acionistas para honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 12 e 13), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de Janeiro de 2023.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Consolidado		
Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)	2022	2021	Variação (%)
Receita Operacional Bruta	1.089.538	990.367	10,0%
Receita Operacional Líquida	916.260	833.258	10,0%
EBITDA	315.115	354.288	-11,1%
Resultado do Serviço - EBIT	132.493	183.473	-27,8%
Resultado Financeiro	(258.000)	(147.099)	75,4%
Lucro Líquido	(106.488)	9.487	-1222,5%

	Consolidado			Controladora		
Informações Patrimoniais (R\$ mil)	2022	2021	Variação (%)	2022	2021	Variação (%)
Ativo Total	4.873.974	4.914.232	-0,8%	2.120.232	2.138.531	-0,9%
Dívida Bruta	2.814.016	2.843.849	-1,0%	491.210	540.583	-9,1%
Dívida Líquida	2.540.566	2.674.209	-5,0%	408.712	488.603	-16,4%
Patrimônio Líquido	1.602.435	1.615.204	-0.8%	1.585.527	1.597.929	-0.8%

Atendendo a Instrução CVM No 527 demonstramos, no quadro a seguir, a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

	Consolidado			
Conciliação do LAJIDA (EBITDA) - R\$ Mil	2022	2021	Variação (%)	
(Prejuízo) Lucro Líquido	(106.488)	9.487	-1222,5%	
Imposto de Renda e CSLL - Corrente e Diferido	(19.019)	26.887	-170,7%	
Amortização e Depreciação	182.622	170.816	6,9%	
Receitas Financeiras	(35.850)	(7.913)	353,1%	
Despesas Financeiras	294.652	155.709	89,2%	
Outros Resultados Financeiros Líquidos	(802)	(697)	15,1%	
LAJIDA (EBITDA)	315.115	354.288	-11,1%	

3. ENDIVIDAMENTO

3.1 PERFIL DA DÍVIDA

Em maio de 2012, A TPP realizou sua 1º Emissão de debêntures privada com único Debenturista FI-FGTS no montante de R\$ 650 milhões para financiamento de parte dos investimentos na UHE Teles Pires. As debêntures são não conversíveis, com prazo de 20 anos, a ser amortizado em 34 parcelas semestrais a partir de novembro de 2015, com custo de 100% do CDI acrescida de spread de 0,7% a.a.

Em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros, com capitalização no saldo devedor do montante que deixar de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia será de aproximadamente R\$ 181 milhões.

Amortização



4. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de Janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para realização de auditoria para o exercício de 2019 para a prestação dos seguintes serviços de auditoria, tanto para a Companhia como para sua controladora, TPP:

Serviço	Valor (R\$ mil)	Prazo
Auditoria das Demonstrações contábeis ; e revisões das Demonstrações Intermediárias	R\$ 310	12 meses

5. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o resultado alcançado é consequência da união e do esforço de nossos colaboradores e do apoio, empenho, incentivo e profissionalismo recebidos dos públicos com os quais nos relacionamos, queremos expressar nossos agradecimentos aos nossos acionistas, aos nossos clientes, fornecedores, aos Governos Municipais, Estaduais e Federal e demais autoridades, aos bancos financiadores, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da Teles Pires Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Teles Pires Participações S.A. (Companhia) identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Teles Pires Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena Santos

ilena dos S. Rosa

Contadora CRC RJ-100983/O-7

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

		Conso	olidado	Contro	ladora
	Notas	2022	2021	2022	2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de					
caixa	8	157.938	83.423	8.158	56
Contas a receber de clientes					
e outros	10	106.513	103.364	-	-
Tributos sobre o lucro a					
recuperar	7.1.3	14.341	12.245	4.023	5.133
Outros tributos a recuperar		5.930	1.293	-	-
Outros ativos circulantes		5.447	7.021		
Total do circulante		290.169	207.346	12.181	5.189
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	9	115.512	86.217	74.340	51.924
Tributos sobre o lucro					
diferidos	7.1.2	273.317	254.298	-	-
Depósitos judiciais	17.1	56.819	53.950	-	-
Investimentos em					
participação societária	11	-	-	2.033.711	2.081.418
Direito de uso		599	791	-	-
Imobilizado	12	3.981.792	4.142.024	-	-
Intangível	13	155.766	169.606	-	-
Total do não circulante		4.583.805	4.706.886	2.108.051	2.133.342
Total do ativo		4.873.974	4.914.232	2.120.232	2.138.531

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

		Consolidado		Controladora		
	Nota	2022	2021	2022	2021	
Passivo						
Circulante						
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	73.540	67.093	-	-	
Empréstimos e financiamentos	15	243.788	147.926	56.987	55.395	
Passivo de arrendamento		272	288	-	-	
Salários, benefícios a empregados e encargos a						
pagar		2.340	1.699	-	-	
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	15.514	23.766	44	19	
Provisões ambientais	17.2	23.302	30.739	-	-	
Concessão do serviço público (Uso do Bem						
Público)	16	14.191	13.064	-	-	
Outros passivos circulantes		8.121	9.248	43.451	-	
Total do circulante		381.068	293.823	100.482	55.414	
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	15	2.570.228	2.695.923	434.223	485.188	
Passivo de arrendamento		505	740	-	-	
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	7.2	11.341	6.615	-	-	
Provisões ambientais	17.2	22.646	29.478	-	-	
Provisões	17	112.274	103.353	-	-	
Concessão do serviço público (Uso do Bem						
Público)	16	172.593	167.839	-	-	
Outros passivos não circulantes		884	1.257	-	-	
Total do não circulante		2.890.471	3.005.205	434.223	485.188	
Patrimônio líquido	18					
Atribuído aos acionistas da Companhia	. •			1.585.52	1.597.92	
		1.585.527	1.597.929	7	9	
Atribuído aos acionistas não controladores		16.908	17.275	· -	-	
Total do patrimônio líquido				1.585.52	1.597.92	
		1.602.435	1.615.204	7	9	
Total do passivo e do patrimônio líquido			110101204	2.120.23	2.138.53	
. J.a. ao passiro o ao patrinisino ngalao				220.20	200.00	

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Nota	Consoli	idado	Controla	dora
	_	2022	2021	2022	2021
Receita operacional, líquida	3 _	916.260	833.258	39.432	
Custos dos serviços		(763.587)	(625.440)	(39.432)	-
Custos com energia elétrica	4	(549.342)	(427.296)		-
Custos de operação	5	(214.245)	(198.144)	(39.432)	
Lucro bruto		152.673	207.818	-	-
Outras receitas (despesas) gerais e					
administrativas	5	(20.180)	(24.345)	(7.334)	(7.334)
Equivalência Patrimonial	_	<u> </u>		<u>(40.373)</u>	43.241
Lucro (prejuízo) operacional		132.493	183.473	(47.707)	35.907
Resultado financeiro	6	(258.000)	(147.099)	(58.414)	(26.716)
Receitas financeiras	-	35.850	7.913	7.862	2.094
Despesas financeiras		(294.652)	(155.709)	(66.650)	(28.810)
Outros resultados financeiros, líquidos		802	697	374	-
(Prejuízo) lucro antes dos tributos	-	(125.507)	36.374	(106.121)	9.191
Tributos sobre o lucro	7.1.1	19.019	(26.887)	-	(97)
Corrente	-	-	(97)	_	(97)
Diferido		19.019	(26.790)	-	-
(Prejuízo) lucro do exercício	-	(106.488)	9.487	(106.121)	9.094
Atribuível à:		(400,404)	0.004	(400 404)	0.004
Acionistas controladores Acionistas não controladores		(106.121)	9.094 393	(106.121)	9.094
Acionistas não controladores		(367)	393	-	-
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:		(0,04)	0,00	(0,04)	0,00

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
(Prejuízo) lucro do período	(106.488)	9.487	(106.121)	9.094
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(106.488)	9.487	(106.121)	9.094
Atribuível à: Acionistas controladores Acionistas não controladores	(106.121) (367)	9.094 393	(106.121)	9.094

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDOPara os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado

		Prejuízos		Participação de	
	Capital Social	acumulados	Subtotal	não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de					
2021	2.562.590	(964.661)	1.597.929	17.275	1.615.204
Aumento de capital (nota 18)	93.719	-	93.719	-	93.719
Prejuízo do exercício	-	(106.121)	(106.121)	(367)	(106.488)
Saldos em 31 de dezembro de		·			
2022	2.656.309	(1.070.782)	1.585.527	16.908	1.602.435
		Prejuízos		Participação de	
	Capital Social	acumulados	Subtotal	não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de					
2020	2.484.355	(973.755)	1.510.600	16.882	1.527.4812
Aumento de capital (nota 18)	78.235	-	78.235	-	78.235
Lucro do exercício	-	9.094	9.094	393	9.487
Saldos em 31 de dezembro de			_		
2021	2.562.590	(964.661)	1.597.929	17.275	1.615.204

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Consolidado		Contro	Controladora		
	2022	2021	2022	2021		
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Prejuízo) lucro do exercício	(106.488)	9.487	(106.121)	9.094		
Ajustado por:						
Depreciação e amortização	182.622	170.817	7.334	7.334		
Baixa e/ou alienação de ativos não circulantes	39	-	-	-		
Resultado de participação societária	-	-	40.373	(43.241)		
Tributos sobre o lucro	(19.019)	26.887	-	97		
Resultado financeiro, líquido	258.000	147.099	58.414	26.716		
Ressarcimento de risco hidrológico - GSF		(43.174)				
Alterações no capital de giro:						
Contas a receber de clientes e outros	(46.600)	(7.979)	-	-		
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	6.447	6.845	-	-		
Salários, benefícios a empregados e encargos a						
pagar, líquidos	641	(67)	-	-		
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos						
setoriais, líquidos	(12.910)	9.605	637	982		
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(2.136)	(77.460)	-	-		
Provisões ambientais	(15.521)	(9.628)	-	-		
Outros ativos e passivos, líquidos	35.907	837	37.325	(2.015)		
Caixa líquidos proveniente das (consumido nas)	000 000	000 000	07.000	(4.000)		
operações	280.982	233.269	37.962	(1.033)		
Encargos de dívidas pagos	(156.854)	(168.117)	(64.722)	(25.423)		
Rendimento de aplicação financeira	33.931	8.560	8.264	2.132		
Uso do Bem Público	(10.547)	(9.621)	-	-		
Pagamento de juros – Arrendamentos	(41)	(61)	-	-		
Tributos sobre o lucro pagos		(3)				
Caixa gerado (consumido) pelas atividades	4.45 450		(40.400)	(0.4.00.4)		
operacionais	147.470	64.027	(18.496)	(24.324)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.454)	(16.269)	-	_		
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(18.517)	(97.749)	(16.000)	(94.520)		
Resgate de títulos e valores mobiliários	-	95.084	-	91.283		
Caixa gerado (consumido) nas atividades de						
investimentos	(26.971)	(18.934)	(16.000)	(3.237)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Captação de empréstimos e financiamentos	692	1.199	-	-		
Pagamento de principal dos empréstimos e						
financiamentos	(140.199)	(200.234)	(51.121)	(51.121)		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(195)	(195)	-	-		
Aumento de capital	93.719	78.235	93.719	78.235		
Caixa gerado (consumido) nas atividades de						
financiamentos	(45.983)	(120.995)	(42.598)	27.114		
Aumonto (roduoão) do ocivo e equivalentes de						
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de	74 -4-	(TE 000)	0.400	(44=)		
caixa no exercício	74.515	(75.902)	8.102	(447)		
Caiva a aquivalentes no início do paríodo	02 402	150 225	EG	E02		
Caixa e equivalentes no início do período Caixa e equivalentes de caixa no final do	83.423	159.325	56	503		
exercício	157.938	83.423	8.158	56		
GAGI CICIU	137.330	03.423	0.130	30		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Teles Pires Participações S.A ("Companhia" ou "TPP") é uma sociedade anônima constituída em 18 de novembro de 2011, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro.

Esta empresa foi criada com um propósito de participar, estudar, planejar, investir e operar direta ou indiretamente na implantação do projeto, construção, operação e gestão da Usina Hidrelétrica Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires, entre os Estados do Pará e Mato Grosso. A usina possui potência instalada de 1.820 MW médio e Energia Assegurada de 930,7 MW médio.

Em 30 de Novembro de 2022, por meio da Portaria no. 709, o Ministério de Minas e Energia definiu o novo montante de garantia física da Usina Hidrelétrica Teles Pires, que passou de 939,4 MWm para 964,2 MWm. Esta alteração é oriunda do processo de Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia das Usinas Hidrelétricas que serão válidos a partir de 1º de Janeiro de 2023.

Conforme Contrato de Concessão, o início de entrega da energia elétrica a ser produzida pela Usina Hidrelétrica Teles Pires e comercializada por ela ocorreu em maio de 2015. A energia assegurada é negociada na seguinte proporção:

- 65% no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR"), ao preço de R\$ 58,36 por MW/h referenciado em dezembro de 2010, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA.
- 35% são atualmente destinados à comercialização no Ambiente de Contratação Livre ("ACL"), através de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Livre ("CCEAL").

A Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 1.070.782 (lucro de R\$ 964.661 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e no consolidado. O prejuízo do exercício, em 31 de dezembro de 2022 na controladora é de R\$ 106.121 (lucro de R\$ 9.094 em 31 de dezembro de 2021) e prejuízo de R\$ 106.488 (lucro de R\$ 9.487 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado.

A Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 88.301 (R\$ 50.225 em 31 de dezembro de 2021) na controladora e de R\$ 90.897 (R\$ 86.477 em 31 de dezembro de 2021) no consolidado. A Administração entende que a geração de caixa advinda dos contratos de longo prazo, bem como o suporte financeiro previstos de seus acionistas, serão suficientes para suportar a continuidade das suas operações.

É previsto no plano de negócios da Companhia recursos de seus acionistas se em alguma eventualidade a mesma não puder honrar com suas obrigações de curto prazo. Ainda conforme previsto nos planos de negócios, a Companhia espera gerar em exercícios futuros recursos suficientes para a manutenção de suas atividades e recuperação dos seus ativos de longo prazo, notadamente os ativos imobilizado e intangível (Notas Explicativas 12 e 13), além da geração de lucro tributável suficiente para a recuperação do ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 7).

1.1 Gestão de riscos financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o Grupo Neoenergia, dentro dos limites previsto aplicável às atividades reguladas que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluidas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de commodities, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1.1.1 Gestão de riscos financeiros

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

A Companhia está exposta a riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

a) Gestão de riscos de mercado

(i) Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou rendimentos das aplicações financeiras.

(ii) Risco de Inflação

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

b) Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos de investimento exclusivo para empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 157.267 em fundos de investimento (R\$ 83.407 em 2021).

c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

d) Gestão de riscos de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(i) Risco de crédito de contrapartes comerciais

Oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

(ii) Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

1.1.2 Risco hidrológico

A energia vendida pelo negócio de Geração Hidráulica depende das condições climáticas e hidrológicas dos reservatórios. A receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios dessas usinas, podendo acarretar aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou à redução de receitas devido à queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode gerar aumentos tarifários futuros. A mitigação desse risco se dá pelo MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo ONS.

Para reduzir a exposição a este risco de geração hidráulica, a Companhia aderiu ao seguro de risco hidrológico conforme descrito na nota 13.

1.2 Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

	Consolidado			
Riscos	20	22		
RISCOS	Data da vigência	Importância Segurada		
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2022 a 31/05/2023	100.000		
Veículos - Operacionais	13/06/2022 a 13/06/2023	100% FIPE		
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2022 a 31/05/2023	2.100.000		
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2022 a 15/06/2023	94		
Lucros Cessantes	31/05/2022 a 31/05/2023	2.106.254		

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia ("demonstrações financeiras") foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 31 de janeiro de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
3.1	Receita de fornecimento de energia e venda de energia na CCEE
7.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
19.3	Participação societária e combinação de negócios
17.1	Provisão para processos judiciais
13	Intangível (vinculado a concessão)
20	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.5 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financerio da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (EX: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16 / CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Consolidado		Controladora	
2022	2021	2022	2021
1.030.644	985.492		-
58.894	4.875	43.451	
1.089.538	990.367	43.451	-
(173.278)	(157.109)	(4.019)	
916.260	833.258	39.432	-
	2022 1.030.644 58.894 1.089.538 (173.278)	1.030.644 985.492 58.894 4.875 1.089.538 990.367 (173.278) (157.109)	2022 2021 2022 1.030.644 985.492 - 58.894 4.875 43.451 1.089.538 990.367 43.451 (173.278) (157.109) (4.019)

¹ Venda de 6 milhões de Certificados de Emissão Reduzida (CER), referente aos créditos de carbono gerados entres os anos de 2017 e 2020 do Projeto da Usina Hidrelétrica Teles Pires,e registrados junto à Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 29 de setembro de 2022, a Companhia adquiriu 3 milhões de CER junto a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, com a finalidade de revenda a terceiro. A revenda foi concretizada em 30 de setembro de 2022, no montante de R\$ 43.451.

3.1 Fornecimento de energia elétrica

	Consolidado	
	2022	2021
ACR	590.769	521.565
ACL	439.875	463.927
Total	1.030.644	985.492

3.2 Deduções de receita bruta

	Consolidado		Controladora
	2022	2021	2022
Tributos Imposto sobre circulação de Mercadorias - ICMS Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social -	(12.071)	(9.274)	-
COFINS	(98.237) (110.308)	(90.300) (99.574)	(4.019) (4.019)
Encargos setoriais	(1101000)	(00:01:1)	(11010)
Outros encargos¹	(62.970)	(57.535)	_
	(62.970)	(57.535)	-
Total	(173.278)	(157.109)	(4.019)

⁽¹) Refere-se aos encargos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica (TFSEE) e outorga pela concessão de utilização do bem público (CFURH).

3.3 Política contábil e julgamento crítico

3.3.1 Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e podem ser mensuradas de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer as estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A receita de fornecimento de energia elétrica é mensurada de acordo com o calendário de leitura estabelecido, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. A Companhia vende a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre ('ACL'), onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulado ('ACR'), onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores.

3.3.2 Estimativas e julgamento crítico

Para a receita de venda de energia na CCEE, a Companhia utiliza-se da medição prévia da usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pelo ONS.

A receita de operações venda de crédito de carbono estão reconhecidas ao valor justo da contraprestação a receber quando o controle do crédito de carbono é transferido para o cliente.

4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	2022	2021
Compra para revenda		
Energia curto prazo – PLD e MRE	(16.743)	(32.220)
Energia adquirida contrato bilateral	(196.241)	(134.917)
Ressarcimento de risco não hidrológico – GSF¹	-	43.174
Outros	(679)	(707)
Subtotal	(213.663)	(124.670)
Créditos PIS e COFINS	18.126	13.730
Total	(195.537)	(110.940)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(392.818)	(348.066)
Encargos de conexão	(174)	(173)
Subtotal	(392.992)	(348.239)
Créditos de PIS e COFINS	39.187	31.883
Total	(353.805)	(316.356)
Total dos custos com energia elétrica	(549.342)	(427.296)

(1) Vide nota 13.

5. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

		Consolidado	
		2022	
		Outras Receitas/	
	Custos de	Despesas gerais	
	operação	e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(8.396)	(3.748)	(12.144)
Administradores	-	(2.644)	(2.644)
Serviços de terceiros	(11.270)	(5.219)	(16.489)
Materiais	(1.946)	(118)	(2.064)
Depreciação e amortização	(174.793)	(7.829)	(182.622)
Provisão para processos judiciais	` -	. 55	55
Impostos, taxas e contribuições	(47)	(67)	(114)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(17.793)	(610)	(18.403)
Total	(214.245)	(20.180)	(234.425)
		Consolidado	
		2021	
		Outras Receitas/	
	Custos de	Despesas gerais	
	operação	e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(8.414)	(1.969)	(10.383)
Administradores	· ,	(2.447)	(2.447)
Serviços de terceiros	(10.088)	(Ì1.579)	(21.667)
Materiais	`(1.510)́	` (55)	`(1.565)
Depreciação e amortização	(163.222)	(7.594)	(170.816)
	, ,	`	`

(46)

(14.864)

(198.144)

Provisão para processos judiciais

Outras receitas e despesas, líquidas¹

Impostos, taxas e contribuições

Total

292

(450)

(15.454)

(222.489)

292

(404)

(590)

(24.345)

⁽¹⁾ Refere-se a seguros, viagens a serviço, arrendamentos entre outros.

6. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolid	ado	Controla	dora
	2022	2021	2022	2021
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	33.931	8.560	8.264	2.132
(-) Tributos sobre receita financeira	(1.797)	(586)	(402)	(165)
Atualização de depósitos judiciais	3.680	(622)	-	-
Outras receitas financeiras	36	561	-	127
	35.850	7.913	7.862	2.094
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida¹	(266.530)	(184.704)	(66.470)	(28.720)
Atualização de provisões ambientais	(3.207)	(7.398)	· -	-
Atualização de UBP (Uso do Bem Público)	(11.700)	(18.370)	-	-
Atualização de provisões para processos judiciais	(9.914)	57.292	-	-
IOF	(854)	-	(96)	-
Outras despesas financeiras	(2.447)	(2.529)	(84)	(90)
	(294.652)	(155.709)	(66.650)	(28.810)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações monetárias	(194)	-	-	-
Ganhos com variações monetárias	`996́	697	374	-
	802	697	374	-
Resultado financeiro líquido	(258.000)	(147.099)	(58.414)	(26.716)

^{(1).} Inclui a parcela variável dos juros relacionada à indexadores de preço sobre dívida em moeda nacional (CDI e TJLP) e amortização de custos de captação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

7.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ -25% e CSLL -9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do período .

7.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
(Prejuízo) lucro antes dos tributos sobre o lucro	(125.507)	36.374
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	42.672	(12.367)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	(22.354)	(11.556)
Outras adições (reversões) permanentes	(1.299)	(2.964)
Tributos sobre o lucro	19.019	(26.887)
Alíquota efetiva	<u> 15%</u>	74%
Corrente	-	(97)
Diferido ¹	19.019	(26.790)

⁽¹⁾ A Companhia constituiu prejuízo fiscal em dezembro/21, entretanto no acumulado houve reversão de IRPJ e CSLL diferidos devido ao impacto do ressarcimento de risco não hidrológico (GSF), que foi considerado como diferença temporária, conforme quadro a seguir

7.1.2 Tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

	Consolidado	
	2022	2021
Prejuízo fiscal (inclui base negativa)	260.533	247.988
Diferenças temporárias:		
Ressarcimento de risco não hidrológico - GSF	(13.505)	(14.070)
Provisão para processos judiciais	10.199	7.166
Provisões ambientais	13.341	10.186
Arrendamentos capitalizados	61	-
PLR	197	139
Outros	2.491	2.889
Total	273.317	254.298

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Consolidado
	Ativo
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.298
Efeitos reconhecidos no resultado	19.019
Saldos em 31 de dezembro de 2022	273.317
Saldos em 31 de dezembro de 2020	281.088
Efeitos reconhecidos no resultado	(26.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	254.298

A UHE Teles Pires foi implantada na modalidade de *Project Finance*, de forma que os resultados dos primeiros anos de operação são fortemente impactados pelas despesas financeiras, que serão reduzidas com o passar dos anos, após amortização gradual dos financiamentos. Com isso, seu cenário de resultados tributários negativos apurados nos últimos anos tende a ser revertido. Em 31 de dezembro de 2022, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	2023	2024	2025	2026	Entre 2027 e 2031	Entre 2032 e 2036	Entre 2037 em diante
Ativo fiscal diferido, líquido	7.201	3.416	4.283	6.228	32.738	99.460	100.972

7.1.3 Tributos correntes ativos

	Consoli	Consolidado		dora
	2022	2021	2022	2021
IRPJ	12.321	9.562	4.023	5.133
CSLL	2.020	2.683	-	-
Ativo	14.341	12.245	4.023	5.133

Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía valores reconhecidos na linha de tributos sobre o lucro a recolher, referente ao impacto das posições tributárias incertas.

A Companhia possui o montante de R\$ 960 (R\$ 866 em 31 de dezembro de 2021), de um processo legal de natureza de Ação Tributária referente a crédito de saldo negativo de IRPJ/2011, cujo prognóstico de perda foi considerado possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.2 Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	Consolidado		Contro	ladora
	2022	2021	2022	2021
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	1.335	169	-	-
Programa de integração social - PIS	589	573	6	3
Contribuição para o financiamento da seguridade social				
- COFINS	2.752	2.653	38	16
Impostos e contribuições retidos na fonte	539	112	-	-
Outros	1.750	2.355		
Outros tributos a recolher	6.965	5.862	44	19
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	13.410	17.234	-	-
Outros¹	6.480	7.285	-	-
Encargos Setoriais	19.890	24.519		-
Total Outros tributos e encargos setoriais a recolher	26.855	30.381	44	19
Circulante	15.514	23.766	44	19
Não Circulante	11.341	6.615	-	-

⁽¹⁾ Refere-se a CFURH, FNDCT e MME.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Consolidado		Controladora	
2022	2021	2022	2021
671	16	23	13
157.267	83.407	8.135	43
157.938	83.423	8.158	56
	2022 671 157.267	2022 2021 671 16 157.267 83.407	2022 2021 2022 671 16 23 157.267 83.407 8.135

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras é de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2022	2021	2022	2021
Fundos de Investimento - BB (a)	41.172	34.293	-	-
CDB 5 Caixa Econômica (b)	74.340	51.924	74.340	51.924
Total	115.512	86.217	74.340	51.924

- (a) A Companhia mantém o valor aplicado no Banco do Brasil com objetivo de atender as obrigações contratuais do empréstimo junto ao BNDES e de Repasse junto ao Banco do Brasil. Os recursos depositados em garantia somente serão resgatados após o vencimento dos contratos. A remuneração média é de 100% CDI.
- (b) A Companhia mantém uma conta corrente na Caixa Econômica Federal e mantém o valor aplicado com o objetivo de atender as obrigações contratuais. Esta conta está vinculada à dívida e somente será resgatada ao final do pagamento das parcelas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

	Consolio	Consolidado		dora
	2022	2021	2022	2021
Saldos iniciais	86.217	80.098	51.924	46.622
Aplicação	18.517	97.749	16.000	94.520
Resgate	-	(95.084)	-	(91.283)
Rendimentos	10.778	3.454	6.416	2.065
Saldos finais	115.512	86.217	74.340	51.924

10.CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	Consoli	Consolidado		
	2022	2021		
	Recebível	Recebível		
Fornecimento de energia				
Terceiros	49.837	48.670		
Partes relacionadas (nota 19)	56.676	54.694		
Total	106.513	103.364		

10.1 Fornecimento de energia elétrica

O saldo de contas a receber de fornecimento de energia elétrica compreendem os recebíveis oriundos da venda de energia.

	Consolie	Consolidado		
	2022	2021		
	Recebível	Recebível		
ACR	68.663	61.289		
ACL	37.850_	42.075		
Total	106.513	103.364		

O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentada como segue:

Consol	idado
2022	2021
Recebível	Recebível
106.513	103.364

10.2 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O Contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (nota 19.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia não possui histórico de inadimplência e considerando as garantias oferecidas nos leilões e/ou contratos bilaterais, a exposição do risco de crédito é residual. Dadas essas características, o nível de constituição das perdas esperadas não é relevante para essa classe de recebíveis. Além disso, a CCEE controla o montante de contas a receber e respectivas inadimplências do setor, diminuindo o risco de crédito nessas operações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. INVESTIMENTOS

A Companhia possui participação acionária de 99,10% na investida Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A, cuja movimentação é apresentada como segue:

	Companhia
	Hidrelétrica
	Teles Pires S.A.
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.081.418
Participações societárias no resultado	(40.373)
Amortizações	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.033.711
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.045.511
Participações societárias no resultado	43.241
Amortizações	(7.334)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.081.418

A seguir apresentamos as informações sobre a investida:

Companhia	Hidrelétrica	Teles	Pires	S.A.
-----------	--------------	-------	-------	------

Balanço Patrimonial	2021	2021		
Ativos	4.658.961	4.677.843		
Circulante Não Circulante	321.440 4.337.521	202.157 4.475.686		
Passivo e Patrimônio Líquido	4.660.915	4.677.843		
Circulante Não Circulante	325.834 2.456.405	238.410 2.520.017		
Patrimônio Líquido	1.878.676	1.919.416		
	Companhia Hidrelétrica	Teles Pires S.A.		
Demonstração de resultado	2022	2021		
Receita líquida	916.260	833.258		
Custo do serviço Lucro Bruto	(763.587) 152.673	(625.440) 207.818		
Outras Receitas/Despesas gerais e administrativas	(12.847) 139.826	(17.012) 190.806		
Lucro Operacional Resultado financeiro	139.020	190.000		
Receita financeira	(199.585) 27.987	5.819		
Despesa financeira Outros resultados financeiros, líquidos	(228.002)	(126.899) 697		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(59.759)	70.423		
Diferido Prejuízo do exercício	19.019 (40.740)	(26.790) 43.633		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Demonstração de resultados abrangentes	2022	2021
Prejuízo do período Outros resultados abrangentes Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado	(40.740)	43.633
Total de resultados abrangentes do período, líquido dos efeitos tributários	(40.740)	43.633

12. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

			Consolidado		
	Centrais de	Construções e		Ativos em	
	hidroelétricas	terrenos	Outros	construção	Total
	2,00% -		6,25% -		
Taxa de depreciação a.a	16,67%	3,16% - 4,00%	14,29%		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.796.604	1.129.830	180.544	35.046	4.142.024
Adições	-	-	_	10.409	10.195
Baixas	-	-	-	(39)	(39)
Capitalização de gastos	-	-	-	213	213
Depreciação	(114.535)	(48.457)	(7.836)	-	(170.828)
Transferências entre classes	` 16.458́	` 245	`1.206́	(17.909)	-
Transferências - Outros ativos	-	-	-	227	227
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.698.527	1.081.618	173.914	27.733	3.981.792
Custo	3.570.966	1.444.306	229.078	27.733	5.272.083
Depreciação acumulada	(872.439)	(362.688)	(55.164)	-	(1.290.291)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.945.130	1.191.066	187.881	18.568	4.342.645
Adições	-	-	-	17.060	17.060
Depreciação	(106.874)	(45.569)	(7.580)	-	(160.023)
Transferências entre classes	24	<u>-</u>	243	(267)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.796.604	1.129.830	180.544	35.046	4.142.024
Custo	3.554.509	1.444.061	227.872	35.046	5.261.488
Depreciação acumulada	(757.905)	(314.231)	(47.328)	-	(1.119.464)

12.1 Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e são capitalizados.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam as vidas úteis estimadas dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração cujas usinas possuem concessão do serviço público são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica dos ativos de cada unidade geradora. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

13.INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

			Consolidado		
	Concessão	Software	Outros	Ativos em formação	Total
Taxa de amortização a.a.	3,13% - 3,85%	20,00%	20,00%		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	157.244	20	12.342	-	169.606
Adições				1	1
Baixas	-	-	(1.955)	-	(1.955)
Amortização	(6.245)	(6)	(5.408)		(11.659)
Transferências – outros			(227)		(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	150.999	14	4.752	1	155.766
Custo	189.586	31	25.077	1	214.695
Amortização acumulada	(38.587)	(17)	(20.325)	-	(58.929)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.443	26	33.102	1	153.572
Adições ¹	-	-	-	26.298	26.298
Amortização	(4.722)	(6)	(5.536)	-	(10.264)
Transferências – intangíveis	41.523		15.224	(26.299)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	157.244	20	12.342		169.606
Custo	189.587	31	27.260	-	216.878
Amortização acumulada	(32.343)	(11)	(14.918)	-	(47.272)

⁽¹⁾ Ressarcimento do risco hidrológico.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para ressarcimento do risco hidrológico, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) nos últimos anos. O objetivo é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos, cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações.

A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração e deve ser reconhecida contabilmente como intangível em contrapartida à recuperação de custos com energia elétrica.

14.FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

A composição do saldo de fornecedor é como segue:

	Consolidado	
	2022	2021
Energia elétrica	20.404	13.220
Terceiros	17.077	12.327
Partes relacionadas (nota 19)	3.327	893
Encargos de uso da rede	43.151	38.999
Terceiros	37.990	34.848
Partes relacionadas (nota 19)	5.161	4.151
Materiais e serviços	9.985	14.874
Terceiros	9.820	14.782
Partes relacionadas (nota 19)	165	92
Total	73.540	67.093

Consolidado

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. A dívida líquida é composta como segue:

	Consolidado		Contro	oladora	
	2022	2021	2022	2021	
Empréstimos bancários	2.322.807	2.303.265			
Mercado de capitais	491.210	540.584	491.210	540.583	
Empréstimos e financiamentos	2.814.017	2.843.849	491.210	540.583	
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 8)	(157.938)	(83.423)	(8.158)	(56)	
(-) Títulos e valores mobiliários (nota 9)	(115.512)	(86.217)	(74.340)	(51.924)	
Dívida líquida	2.540.567	2.674.209	408.712	488.603	

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados através de empréstimos bancários, em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente refletem os valores liberados pelos credores. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo: i) custo amortizado; ou ii) valor justo por meio do resultado.

Em 09 de novembro de 2021, o BNDES e o Banco do Brasil concederam a suspensão temporária do pagamento de principal e juros ("Standstill"), com capitalização no saldo devedor do montante que deixou de ser pago, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, pelo período compreendido entre dezembro de 2021 e junho de 2022, sem prejuízo do vencimento original dos contratos de financiamento. A economia de caixa para a Companhia será de aproximadamente R\$ 194 milhões.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	Consolidado		Control	adora
	2022	2021	2022	2021
Denominados em R\$	2.814.829	2.844.833	492.022	541.567
Indexados a taxas flutuantes	2.814.829	2.844.833	492.022	541.567
	2.814.829	2.844.833	492.022	541.567
(-) Custos de transação	(812)	(984)	(812)	(984)
	2.814.017	2.843.849	491.210	540.583
Passivo circulante	243.788	147.926	56.987	55.395
Passivo não circulante	2.570.229	2.695.923	434.223	485.188

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

		Consolidado	
	Principal	Juros¹	Total ¹
2023	231.050	240.053	471.103
2024	233.413	216.569	449.982
2025	235.803	197.440	433.243
2026	238.223	179.404	417.627
2027	240.673	159.833	400.506
Entre 2028 e 2032	1.216.124	494.414	1.710.538
Entre 2033 e 2037	612.484	72.638	685.122
Total	3.007.770	1.560.351	4.568.121
		Controladora	
	Principal	Controladora Juros¹	Total ¹
2023	Principal 51.121		Total¹ 116.340
2023 2024		Juros¹	
	51.121	Juros¹ 65.219	116.340
2024	51.121 51.121	Juros¹ 65.219 52.731	116.340 103.852
2024 2025	51.121 51.121 51.121	Juros¹ 65.219 52.731 47.150	116.340 103.852 98.271
2024 2025 2026	51.121 51.121 51.121 51.121	Juros¹ 65.219 52.731 47.150 41.263	116.340 103.852 98.271 92.384
2024 2025 2026 2027	51.121 51.121 51.121 51.121 51.121	Juros¹ 65.219 52.731 47.150 41.263 34.638	116.340 103.852 98.271 92.384 85.759
2024 2025 2026 2027 Entre 2028 e 2032	51.121 51.121 51.121 51.121 51.121	Juros¹ 65.219 52.731 47.150 41.263 34.638	116.340 103.852 98.271 92.384 85.759

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (Taxas de Juros de Longo Prazo(TJLP)) em vigor em 31 de dezembro de 2022 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os, encargos incorridos já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Consolidado		Contro	ladora
	2022	2021	2022	2021
Saldo inicial do período	2.843.849	3.026.297	540.583	588.407
Efeito no fluxo de caixa:				
Captações	692	1.199	-	-
Amortizações de principal	(140.223)	(200.234)	(51.121)	(51.121)
Pagamento de encargos de dívida	(156.831)	(168.117)	(64.722)	(25.423)
Efeito não caixa:	, ,	,	,	,
Encargos incorridos	266.529	184.704	66.470	28.720
Saldo final do período	2.814.017	2.843.849	491.210	540.583

d) Linhas de Crédito

		Data limite de	Montante	Montante
Tipo	Moeda	captação	total	utilizado
Linhas de financiamento		15/02/2036	12.000	9.246

e) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Controlada (Empréstimos e Financiamentos)

Os contratos mantidos com BNDES e Banco do Brasil contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros apurados com base nas demonstrações financeiras da Companhia, com parâmetros pré-estabelecidos listados abaixo.

• ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo igual a 1,30

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, estabelece que em caso de o ICSD ser inferior a 1,30, a Companhia deverá manter em garantia saldo mínimo equivalente a 6 vezes o valor do último serviço da dívida. A Companhia obteve aprovação dos credores para substituir o valor correspondente a até 5 vezes o valor pago do último serviço da dívida por fiança bancária, até 30 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 1,74, com a adesão do standstill, e caso não houvesse essa adesão, o índice seria de 1,01, não atingindo o índice contratual. Com a adesão ao Standstill, a Companhia está dispensada da obrigação da majoração da conta reserva para 6 vezes o serviço da dívida, relativa ao não cumprimento do ICSD.

O Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças estabelece ainda a cessão fiduciária aos credores dos direitos emergentes da concessão de que a Companhia é titular, em decorrência do contrato de concessão e seus aditivos.

Índice de Capitalização (Patrimônio Líquido/Ativo Total) no mínimo igual a 20%.

Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 40%.

Controladora (Debêntures)

A escritura da 1ª emissão de debêntures estabelece que a Companhia deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

• ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2

Em 31 de dezembro de 2022 este índice foi de 1,22.

Adicionalmente, a escritura também estabelece que a Neoenergia S.A., como Fiadora, deverá manter, durante a vigência das Debêntures:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 4,0;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2.

f) Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação.

16.USO DO BEM PÚBLICO (UBP)

Em 07 de setembro de 2014, a controlada "CHTP" celebrou o contrato de concessão de uso do bem público, com o intuito de regular a exploração do potencial de energia hidráulica localizado no Rio Teles Pires.

A controlada "CHTP" recolherá ao Poder Concedente pelo Uso do Bem Público, objeto do Contrato de Concessão, parcelas mensais equivalentes a (1/12) um doze avos de pagamento anual de R\$ 5.515.

O início do pagamento dar-se-á a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, atestada pela ANEEL, ou a partir do início da entrega da energia objeto de CCEAR, até o 35º ano da Concessão. Os pagamentos iniciaram no mês de setembro de 2015, referente ao mês de maio de 2015.

O valor do pagamento pelo Uso do Bem Público será atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir do mês anterior à data do Leilão.

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante o Poder Concedente, os valores das concessões foram registrados no ativo intangível em contrapartida ao passivo.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada foi de 8,47% a.a.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

A seguir apresentamos a mutação dos saldos:

	<u>Consolidado</u>	
	2022	2021
Saldos iniciais	180.903	167.364
Atualização monetária	11.700	18.370
Adição	4.728	4.789
Pagamentos	(10.547)	(9.620)
Saldos finais	186.784	180.903
Circulante	14.191	13.064
Não circulante	172.593	167.839

17. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Consolidado		
	2022	2021	
Provisões para processos judiciais	112.274	103.353	
Provisão para obrigações ambientais	45.948	60.217	
	158.222	163.570	
Passivo circulante	23.302	30.739	
Passivo não circulante	134.920	132.831	

17.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Consolidado				
	Provisões cíveis	Provisões trabalhistas	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.830	523	103.353		
Adições e reversões, líquido Atualização monetárias	(1.213) 9.903	218 13	(995) 9.916		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	111.520	754	112.274		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	298.473	2.135	300.608		
Adições e reversões, líquido Pagamentos Atualização monetárias	(5.348) (77.000) (113.295)	(872) - (740)	(6.220) (77.000) (114.035)		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	102.830	523	103.353		

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável destacamos:

(i) <u>Processos cíveis:</u> Do total de R\$ 111.520 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 102.830 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, destacam-se processos cíveis da Companhia que possuem como escopo, essencialmente, pleitos indenizatórios ambientais e fundiários, principalmente no que tange à desapropriação de áreas de interesse da CHTP.

(ii) Processos trabalhistas: Os R\$ 754 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2021) provisionados, referem-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados, envolvendo o pleito de verbas trabalhistas, bem como de indenização por acidente de trabalho. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos.

Os passivos contingentes são apresentados a seguir:

	Consolidado		
	2022	2021	
Processos cíveis (i)	204.088	174.213	
Processos trabalhistas (ii)	5.243	1.707	
Processos fiscais (iii)	54.036	50.997	
	263.367	226.917	

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

(i) Cíveis

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com natureza de Ação Cível Pública ("ACP") no que tange à parte ambiental do empreendimento. A maioria de tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos.

Adicionalmente, a Companhia possui um total estimado de R\$ 204.088 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 174.213 em 31 de dezembro de 2021) em processos cíveis com expectativa de perda possível.

Claim do Consórcio Construtor

Em 14 de setembro de 2021 foi celebrado o acordo com o Consórcio Construtor Teles Pires - ("CCTP") para a extinção do processo de arbitragem junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, instaurado em maio de 2016.

O referido acordo definiu que a Companhia fizesse o pagamento de R\$ 77.000 ao CCTP, sendo R\$ 7.898 retidos a título de caução garantia, até a conclusão de pendências relativas à construção.

A provisão da contingência constituída em 2016 foi revertida em 30 de setembro de 2021, afetando (i) o imobilizado no montante de R\$ 45.657, visto o pleito ter sido iniciado no período pré-operacional da Hidrelétrica Teles Pires e (ii) o resultado financeiro, pela reversão da atualização monetária do processo após o início da operação da usina, no total de R\$ 61.913.

(ii) Trabalhistas

Referem-se a ações movidas por ex-empregado, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários entre outras. Além dos valores provisionados, a Companhia possui um total estimado de R\$ 5.243 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.707 em 31 de dezembro de 2021) em processo trabalhista com expectativa de perda possível.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR), índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

(iii) Fiscais

A Companhia é parte envolvida em processos legais, com a natureza de Ação Tributária como, por exemplo, autos de infração emitidos pela Secretaria do Estado da Fazenda – SEFAZ do estado do Mato Grosso no que tange a falta de recolhimento ou recolhimento a menor de ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Tais processos têm prognósticos de perda possível, segundo avaliação da administração suportada pelos seus consultores jurídicos externos, a Companhia possui valor estimado de R\$ 54.036 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 50.997 em 31 de dezembro de 2021).

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

	Consolidado		
	2022	2021	
Processos cíveis	55.345	52.731	
Processos trabalhistas	625	594	
Processos fiscais	849	625	
	56.819	53.950	

d) Política contábil e julgamentos críticos

(i) Política contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

(ii) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração guanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

17.2 Provisões ambientais

As obrigações de meio ambiente são derivadas das condicionantes dos programas do Projeto Básico Ambiental – PBA que é composto por programas socioambientais que tem o objetivo de mitigar e compensar os impactos potenciais e decorridos da implantação do respectivo empreendimento. Este projeto básico ambiental faz parte do processo de licenciamento ambiental para se obter as Licenças Prévias (LP), Licenças de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) que o empreendedor deve aprovar, executar e acompanhar perante os órgãos licenciadores que no caso da UHE TELES PIRES são IBAMA e FUNAI.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

As provisões ambientais constituídas estão compostas como segue:

	Consolidado
	Provisões Ambientais
Saldo em 31 de dezembro de 2021	60.217
Baixa/reversão	(1.955)
Pagamentos/Indenizações	(15.521)
Atualização	3.207
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.948
Circulante	23.302
Não Circulante	22.646
Saldo em 31 de dezembro de 2020	79.550
Baixa/reversão	(17.103)
Pagamentos/Indenizações	(9.628)
Atualização	7.398
Saldos em 31 de dezembro de 2021	60.217
Circulante	30.739
Não Circulante	29.478

Segue abaixo o cronograma de pagamento das provisões ambientais, considerando atualização monetária:

	Cronograma ¹
2023	19.518
2024	26.430
Total	45.948

¹ O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros e atualizações monetárias a incorrer (ainda não provisionados) e as atualizações monetárias incorridas já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.656.310 (R\$ 2.562.590 em 31 de dezembro de 2021), correspondente a 2.656.310 ações ordinárias escrituradas, sem valor nominal.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os acionistas Eletrosul, Furnas e Neoenergia realizaram aportes nos valores de R\$ 23.167 mil, R\$ 23.167 mil e R\$ 47.384 mil, respectivamente, totalizando um valor de capital integralizado de R\$ 93.719 mil (R\$ 78.235 no mesmo período em 2021).

	Acionistas			
	ON	ON %	R\$	
Neoenergia S.A.	1.343.030	50,56%	1.343.030	
Furnas S.A.	656.640	24,72%	656.640	
Eletrosul S.A.	656.640	24,72%	656.640	
Total de ações em circulação	2.656.310	100%	2.656.310	

Em 16 de dezembro de 2022, a Neoenergia celebrou com a Eletronorte um Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual acordaram uma permuta de participações acionárias detidas em diversas empresas, dentre as quais a totalidade da participação acionária detida pela Neoenergia na Companhia. O fechamento da Operação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais a este tipo de operação e a observância aos direitos de preferência de terceiros .

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Lucro (prejuízo) por ação

Os valores do lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são os seguintes:

	Consc	lidado	Controladora		
	2022 2021		2022	2021	
Lucro (prejuízo) do período Média ponderada de número ações em	(106.488)	9.487	(106.121)	9.094	
circulação	2.656.309	2.562.590	2.656.309	2.562.590	
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação	(0,04)	0,00	(0,04)	0,00	

19.TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações comerciais reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica, contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos.

As operações de compra e venda de energia transacionadas com parte relacionadas, no mercado livre, foram realizadas pela Companhia em termos equivalentes aos que prevalecem em transações de mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

19.1 Saldo em aberto com partes relacionadas

	Consolidado					
		2022			_	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Ativo						
Contas a receber e outros	38.130	61.997	100.127	36.248	18.446	54.694
	38.130	61.997	100.127	36.248	18.446	54.694
Passivo						
Fornecedores e contas a pagar	2.889	5.764	8.653	1.334	3.802	5.136
	2.889	5.764	8.653	1.334	3.802	5.136

19.2 Transações com partes relacionadas

		Consolidado				
		2022			2021	
	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total	Subsidiárias da Neoenergia	Acionista	Total
Resultado do período						
Receita operacional líquida	380.113	258.990	639.103	365.314	215.486	580.800
Custos dos serviços	(32.636)	(65.790)	(98.426)	(7.552)	(58.965)	(66.517)
Despesas gerais e administrativas	(2.060)	· -	(2.060)	(3.140)	· -	(3.140)
-	345.417	193.200	538.617	354.622	156.521	511.143

19.3 Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas nos itens 19.1 e 19.2 referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
a)	TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	Crédito de carbono	IPCA	1 ano	2023	43.451	43.451
b)	NC ENERGIA	Contrato de venda de energia elétrica ACL	IPCA	22 anos	2023	19.303	224.336
c)	COELBA	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	9.442	78.220
d)	CELPE	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30anos	2023	3.672	29.757
e)	COSERN	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	817	6.191
f)	ELEKTRO REDES	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	2.394	20.435
g)	NEOENERGIA BRASÍLIA	Contrato de venda de energia elétrica ACR	IPCA	30 anos	2023	2.501	21.175
h)	NC ENERGIA	Contrato de compra de energia elétrica ACL	IPCA	1 ano	2023	2.236	26.479

19.4 Remuneração da administração

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentados como segue:

	2022	2021
Salários e benefícios recorrentes	2.321	2.344
Benefícios de longo prazo	323_	103
	2.644	2.447

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	Consolidado				
	202	2	2021		
	CA	VJR	CA	VJR	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	671	157.267	16	83.407	
Títulos e valores mobiliários	-	115.512	-	86.217	
Contas a receber de clientes e outros	106.513	-	103.364	-	
	107.184	272.779	103.380	169.624	
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	73.540	-	67.093	-	
Empréstimos e financiamentos	2.814.016	-	2.843.849	-	
Passivo de arrendamento	777	-	1.028	-	
Uso do bem público	186.784	-	180.903	-	
Outros passivos financeiros	8.494	-	9.523	-	
	3.083.611		3.102.396		

CA - Custo amortizado

VJR - Valor justo por meio do resultado

20.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.6, (análise de sensibilidade).

20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Consolidado			
	2022	2021 Nível 2		
	Nível 2			
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	157.267	83.407		
Títulos e valores mobiliários	115.512	86.217		
	272.779	169.624		

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, em virtude ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	Consolidado				
	2022		2021		
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	
Empréstimos e financiamentos	2.814.016	2.814.016	2.843.849	2.888.276	

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

a) Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

20.5 Métodos e técnicas de avaliação

(i) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, tanto da dívida indexada por taxa fixa quanto por taxa flutuante, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando os valores futuros da taxa CDI e da curva dos títulos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021.
- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas.
- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

,	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	272.779	37.234	9.309	18.617
PASSIVOS FINANCEIROS Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Dívidas em CDI Dívida em TJLP	CDI TJLP	Alta do CDI Alta da TJLP	13,65% 7,20%	(491.210) (2.322.807)	(67.050) (167.242)	(16.763) (41.811)	(35.352) (83.621)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

Presidente

Titulares

Rodolfo Fernandes da Rocha Hugo Renato Anacleto Nunes Heber Costa Carla de Andrade Souza e Andrade Pinto Werdine Machado

Suplentes

José Paulo Werberich Mariane Carvalho Medeiros Renato de Almeida Rocha Ildo Wilson Grudtner Almir Galvani Coutinho

DIRETORIA EXECUTIVA

Ana Graciela Heugas Granato Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente Ildebrando José Pereira Martins **Diretor Técnico**

CONTADORA

Rachel Alves Pascale CRC-RJ-N°115915/O-3

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Teles Pires Participações S.A**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Praia do Flamengo, 154, 9° andar, Flamengo, Rio de Janeiro-RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.810.896/0001-53, declaram que:

- (I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Teles Pires Participações S.A, alusivas ao exercício findo em 31.12.2022; e
- (II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Teles Pires Participações S.A relativas ao exercício findo em 31.12.2022.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.

Ana Graciela Granato

Diretora Administrativa, Financeira, de Coordenação e Meio Ambiente

Ildebrando Martins **Diretor Técnico**

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da **Tele Pires participações S.A**, tendo examinado, em reunião nesta data, as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social de 2022, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, complementadas por notas explicativas, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e pelo contador da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes KPMG, aprovou os referidos documentos e propõe sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2023.

MARCELO JOSÉ CAVALCANTI LOPES

RODOLFO FERNANDES DA ROCHA

HUGO RENATO ANACLETO NUNES

HEBER COSTA

CARLA DE ANDRADE SOUZA E ANDRADE PINTO WERDINE MACHADO